COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.680, DE 2017

Inscreve o nome de Oswaldo Cruz no Livro dos Heróis da Pátria.

Autores: Deputados OTAVIO LEITE E EDUARDO BARBOSA

Relator: Deputado HIRAN GONÇALVES

I - RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, da autoria dos Deputados Otávio Leite e Eduardo Barbosa, que objetiva inscrever no livro dos Heróis da Pátria o nome do médico e sanitarista Oswaldo Cruz.

Distribuído às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última com caráter terminativo (art. 54 RICD), a presente proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões por força do art. 24, II do nosso Regimento Interno, sendo o regime de tramitação o ordinário (Art. 151, III, RICD).

Na comissão de mérito, recebeu parecer favorável, em voto da lavra do Deputado Chico d'Angelo, com duas emendas de redação que objetivaram apenas complementar o nome do homenageado e o nome do livro a contemplá-lo.





No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de lei em tela e das emendas aprovadas na comissão de mérito.

Como bem lembrou o deputado relator na comissão de mérito, a proposição em análise pretende inserir, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, o nome de Oswaldo Gonçalves Cruz, médico sanitarista que nos anos iniciais do século XX conseguiu a proeza de exterminar a febre amarela da então capital da República – Rio de Janeiro.

Com a missão de sanear a então capital federal, Oswaldo Cruz promoveu uma série de medidas que desagradaram profundamente a população civil, entre as quais figura a lei que tornava obrigatória a vacinação de todos os moradores da cidade. Essa medida provocou conflitos que resultaram na bernarda que entrou na história com o nome de "Revolta da Vacina". Isso em 1904. Apesar dos conflitos, a febre amarela foi erradicada em 1907.

O reconhecimento do ingente trabalho de Oswaldo Cruz veio ainda em 1907, ocasião em que recebeu a medalha de ouro no 14º Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Pouco





depois, Oswaldo Cruz foi eleito para a Academia Brasileira de Letras - em 1912, tendo sido o primeiro homem de Ciências a se tornar membro daquele colegiado.

No entanto, a mais perene obra de Oswaldo Cruz foi a fundação do Instituto Oswaldo Cruz, centro de referência e pesquisa em saúde pública que se tornou referência mundial. Após dirigir seu Instituto por catorze anos, em 1916, Oswaldo Cruz pediu exoneração e mudou-se para Petrópolis, cidade que chegou a governar como prefeito, dedicando seus últimos dias a elaboração de projeto de urbanização para Petrópolis.

Oswaldo Cruz faleceu aos 11 de fevereiro de 1917, na serrana cidade que dirigia.

Dito isso, passemos à análise dos aspectos constitucionais e jurídicos propriamente ditos.

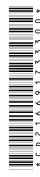
Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência da União (arts. 23, V e 24, IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

O projeto está de acordo com as demais normas infraconstitucionais em vigor no país, assim como atende aos princípios gerais de Direito.

A técnica legislativa, com as emendas de redação propostas pela comissão de mérito, conforma—se às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Destarte, nada há que possa obstar a tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa





técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.680, de 2017, **bem como das emendas** apresentadas no âmbito da comissão de Cultura.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado HIRAN GONÇALVES Relator



